

SUMÁRIO

SUMÁRIO	5
1. APRESENTAÇÃO	9
1.1 Justificativa	9
1.2 Objetivo.....	9
1.3 Plano da obra.....	10
1.4. Metodologia.....	10
2. PREFÁCIO	13
3. INTRODUÇÃO.....	15
3.1 O direito, a norma jurídica e a relação jurídica	15
3.1.1 O direito	15
3.1.2 A norma jurídica.....	17
3.1.3 A relação jurídica.....	18
3.2 O fato jurídico	20
3.2.1 Fato jurídico em sentido amplo.....	22
3.2.2 Fato jurídico stricto sensu.....	25
3.2.3 Ato jurídico em sentido estrito	25
3.2.4 Negócio jurídico	26
3.2.5 Distinção entre ato jurídico em sentido estrito e negócio jurídico.....	27
3.2.6 A notificação na teoria do fato jurídico	28
4. NOTIFICAÇÃO	29
4.1 Conceitos e distinções.....	29
4.1.1 Notificação.....	29
4.1.2 Interpelação.....	29
4.1.3 Protesto	30
4.1.4 Aviso	31
4.1.5 Citação e intimação.....	32

4.1.6 Ação	33
4.2 Requisitos da notificação	33
4.3 Efeitos da notificação.....	34
4.4 Direito potestativo.....	35
5. ESCORÇO HISTÓRICO DA NOTIFICAÇÃO	37
5.1 Notificação.....	37
5.2 Constituição em mora	38
5.3 Resilição	40
5.4 Resolução	40
6. DIREITO ESTRANGEIRO	43
6.1 Código Civil francês	43
6.2 Código Civil alemão	44
6.3 Código Civil italiano	45
6.4 Código Civil português	47
7. A NOTIFICAÇÃO NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E NO DIREITO INTERTEMPORAL	49
7.1 Direito internacional privado	49
7.2 Direito intertemporal.....	50
8. A NOTIFICAÇÃO E O DIREITO DO CONSUMIDOR	51
8.1 Introdução	51
8.2 Notificação do consumidor para constituição em mora.....	53
8.3 Notificação do consumidor para a sua inclusão em cadastro de inadimplentes.....	54
9. NOTIFICAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA A CONSTITUIÇÃO EM MORA	57
9.1 Os efeitos das obrigações e a sua inexecução.....	57
9.2 A mora.....	58
9.3 Espécies de mora.....	58
9.4 Mora do devedor.....	58
9.5 Mora do credor	59
9.6 Purgação da mora.....	60
9.7 As consequências da mora	60
9.8 A configuração da mora.....	60

10. A NOTIFICAÇÃO E A EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	63
11. A NOTIFICAÇÃO E A RESILIÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO.....	65
11.1 Prestação de serviços.....	66
11.2 Mandato.....	66
11.3 Comodato.....	67
11.4 Locação.....	68
11.5 Fiança.....	69
11.6 Contrato de trabalho.....	71
11.7 Retrovenda.....	72
11.8 Enfitéuse.....	72
12. A NOTIFICAÇÃO E A RESOLUÇÃO DO CONTRATO.....	75
12.1 Compromisso de venda e compra.....	76
12.2 Crédito hipotecário.....	77
12.2.1 Execução judicial.....	78
12.2.2 Execução extrajudicial.....	79
12.3 Alienação fiduciária.....	80
12.4 Arrendamento mercantil.....	81
12.5 Reserva de domínio.....	82
12.6 Contrato de trabalho.....	83
12.7 Doação.....	84
12.8 Enfitéuse.....	85
13. A NOTIFICAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA A CONSERVAÇÃO DE DIREITOS.....	87
13.1 Evicção.....	87
13.2 Cessão de crédito.....	90
13.3 Assunção de dívida.....	91
13.4 Depósito.....	91
13.5 Locação.....	92
13.5.1 Locação e direito de preferência.....	92
13.5.2 Sublocação.....	93
13.5.3 Execução do despejo na locação.....	93
13.6 Crédito com garantia real.....	94
13.7 Condomínio.....	95

13.8	Enfiteuse	97
13.9	Anticrese	98
13.10	Preempção ou preferência	99
13.11	Venda a contento ou sujeita a prova	100
13.12	Obrigação de dar coisa incerta	101
13.13	Cessão de Direitos Hereditários	101
14.	DISPOSIÇÕES PROCESSUAIS	103
14.1	Notificação judicial	104
14.2	Notificação extrajudicial	105
14.3.	Considerações	107
15.	CONCLUSÕES.....	109
15.1	Genérica	109
15.2	Específicas	109
15.2.1	Conceito e distinções	109
15.2.2	Direito internacional privado e direito intertemporal	110
15.2.3	Direito do consumidor	110
15.2.4	Constituição em mora	110
15.2.5	Extinção do contrato	111
15.2.5.1	Resilição.....	111
15.2.5.2	Resolução	113
15.2.6	Conservação de direitos	114
15.2.7	Forma da notificação	116
16.	REFERÊNCIAS.....	117
	ANEXOS	125
	ANEXO I – LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	127
	ANEXO II – LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA	153
	ANEXO III – SÚMULAS DE JURISPRUDÊNCIA	157